

ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (APO)

PROVA OBJETIVA P1 – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo sessenta e cinco questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

A frase em que a expressão de tempo sublinhada tem seu valor corretamente identificado, é:

- (A) tempo imediatamente anterior: A felicidade é logo ou nunca;
- (B) tempo distante: Até 13 anos eu pensava que meu nome era “cale-se”;
- (C) tempo correlato: Enquanto se sonha, não se vive;
- (D) tempo posterior imediato: Sinto-me muito melhor agora que eu desisti de esperar;
- (E) simultaneidade de tempo: A felicidade é uma bola atrás da qual corremos enquanto rola e a chutamos logo que para.

2

Nas frases abaixo, os termos sublinhados exemplificam uma figura de linguagem denominada metonímia. A frase em que essa metonímia é caracterizada como o emprego de um termo abstrato por um concreto, é:

- (A) Ao ler-se Camões, aprende-se muito sobre a história heroica de Portugal;
- (B) O parati é uma bebida tradicional das classes populares, mas, tomada em excesso, prejudica bastante a saúde;
- (C) Quando chega a bondade do Natal, as crianças ficam felizes;
- (D) Todos ficaram emocionados no auditório quando o comediante declarou que não possuía um teto onde morar;
- (E) A feijoada estava tão boa, que o cozinheiro comeu três pratos.

3

A frase abaixo em que o segundo segmento mostra algo considerado inferior ao primeiro, é:

- (A) O gênio aponta o caminho, o talento o toma;
- (B) Um entendido sabe tudo. O sábio sabe apenas o essencial;
- (C) Ou nós encontramos um caminho, ou abrimos um;
- (D) Ou você faz poeira ou come poeira;
- (E) Criatividade é ótimo, mas o plágio é mais rápido.

4

A frase abaixo cuja função de linguagem é metalinguística, é:

- (A) Esperteza é quando você acredita só em metade do que você ouve. Genialidade é quando você sabe em qual metade acreditar;
- (B) Um homem sábio criará mais oportunidades do que ele acha;
- (C) Nunca confunda movimento com ação;
- (D) Deus ajuda a quem se ajuda;
- (E) Originalidade não consiste em dizer o que ninguém disse antes, mas em dizer exatamente o que você pensa por si próprio.

5

Todas as frases abaixo foram construídas com formas verbais na voz passiva com auxiliar e todas foram modificadas para a voz ativa.

Aquela frase em que essa modificação foi feita de forma adequada, é:

- (A) Uma criança não é um vaso para ser preenchido pelos adultos / Uma criança não é um vaso que os adultos preenchem;
- (B) Há muitas maneiras de se conseguir que algo seja feito / Há muitas maneiras de se conseguir que se fizesse algo;
- (C) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos / Quando a infância morre, chama-se de adultos os seus cadáveres;
- (D) Devemos lembrar sempre que as nossas virtudes não são herdadas por nossos filhos / Devemos lembrar sempre que nossos filhos não herdarão nossas virtudes;
- (E) Vida é um espaço de tempo cuja primeira metade é arruinada por nossos pais / Vida é um espaço de tempo cuja primeira metade os nossos pais arruinaram.

6

Observe o fragmento textual a seguir.

“A rua era pobre e a casa parecia antiga, com suas janelas azuis e as vidraças do lado externo, como nas velhas casas de Minas. Aproximei-me devagar e pulei o muro. Peguei a chave no solitário vaso de plantas e entrei. A entrada era ampla, assim como a sala a seguir, com muitos móveis. Os objetos de decoração eram todos de aparência clássica, certamente muito caros. Os quartos estavam arrumados e os banheiros eram de finíssimo gosto.”

Nesse fragmento estão sublinhados vários adjetivos que, segundo as gramáticas, podem expressar estados, características, qualidades e relações.

Os dois adjetivos abaixo que expressam qualidades são:

- (A) pobre / azuis;
- (B) ampla / clássica;
- (C) caros / finíssimo;
- (D) antiga / arrumados;
- (E) velhas / solitário.

7

A frase em que o vocábulo sublinhado exemplifica a linguagem lógica e não uma metáfora, é:

- (A) Infância é vida sob uma ditadura;
- (B) Uma criança não é um vaso a ser preenchido, mas um fogo para ser aceso;
- (C) Crianças são as mensagens vivas que nós enviamos a um tempo que não veremos;
- (D) Nunca é tarde para ter uma infância feliz;
- (E) Criança é um anjo cujas asas diminuem à medida que crescem as pernas.

8

Nas frases abaixo há dois substantivos sublinhados; aquela frase em que o segundo desses substantivos é adequado ao coletivo anteriormente sublinhado, é:

- (A) Quando um batalhão se separa, os foliões ficam afastados uns dos outros;
- (B) Quando um cardume cai na rede, os peixes se debatem durante algum tempo;
- (C) Quando um enxame se assusta, as hienas podem tornar-se agressivas;
- (D) Quando uma biblioteca se incendeia, as estantes perdidas são irre recuperáveis;
- (E) Quando chega uma junta, seus engenheiros são bem recebidos.

9

“O pródigo pode ser lastimado, mas o avarento é quase sempre aborrecido.”

Sobre os componentes ou sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) as formas verbais “pode ser lastimado” e “é aborrecido” mostram formas de voz passiva;
- (B) o vocábulo “pródigo” tem “prodígio” como substantivo cognato;
- (C) o termo “quase sempre” tem valor de “modo”;
- (D) as duas orações que compõem a frase mostram paralelismo sintático;
- (E) a primeira oração da frase indica uma possibilidade e não uma certeza.

10

A frase abaixo em que a transformação da oração sublinhada em um termo nominalizado foi feita de forma adequada, é:

- (A) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos. / Após a morte da infância...
- (B) Quando nós planejamos para a posteridade, devemos lembrar que a virtude não é hereditária. / Numa planificação posterior...
- (C) Quando um homem percebe que seu pai talvez estivesse certo, ele usualmente tem um filho que pensa que ele está errado. / a provável certeza de seu pai...
- (D) Quando dou uma mensagem, não escrevo um livro, vou ao correio. / Na doação de uma mensagem...
- (E) Quando prevejo uma nova viagem, já começo a arrumar as malas. / Na provisão de uma nova viagem...

11

A frase abaixo que mostra, implícita ou explicitamente, uma visão positiva da infância, é:

- (A) Infância é vida sob uma ditadura;
- (B) Durante a infância, pensei que meu nome era “cale-se”;
- (C) A infância feliz é fruto da imaginação;
- (D) As primeiras dores nos distanciam da infância;
- (E) A infância é bela porque os bebês não abrem os olhos.

12

Em todas as frases abaixo foi sublinhado um adjetivo; a frase em que esse adjetivo foi substituído por uma locução adequada, é:

- (A) O hábito é o grande guia da vida humana / da humanidade;
- (B) O casamento é o tûmulo do amor, mas do amor louco, do amor sensual / de sensibilidade;
- (C) Um rico matrimônio é comparável ao batismo pela prontidão com que apaga toda mácula anterior / de antigamente;
- (D) A propriedade enobrece a posse, assim como o matrimônio enobrece o prazer físico / do corpo;
- (E) Onze anos de vida conjugai exaurem a conversa / de amantes.

13

Observe a seguinte frase:

“Quando se parte o pão, algumas migalhas se espalham”.

Nessa frase, o segundo termo designa especificamente os restos do primeiro; a frase em que essa correspondência semântica ocorre de forma adequada, é:

- (A) Quando um prédio é demolido, seus cacos são deixados na calçada;
- (B) Quando um copo é quebrado, seus destroços ficam espalhados pelo chão;
- (C) Quando cai um avião, suas peças ocupam larga extensão no solo;
- (D) Quando um vestido é rasgado, seus trapos não têm muita utilidade;
- (E) Quando um corpo é cremado, os detritos são guardados.

14

A frase abaixo em que o pronome possessivo sublinhado de fato indica posse, é:

- (A) Quando a infância morre, seus cadáveres são chamados de adultos;
- (B) Seja legal com as crianças. Elas escolherão seu asilo;
- (C) O maior recurso natural que um país pode ter são suas crianças;
- (D) Nós não herdamos a Terra de nossos ancestrais;
- (E) Sua obra de arte pode valer mais do que se imagina.

15

Observe o fragmento textual a seguir.

“A rua era pobre e a casa parecia antiga, com suas janelas azuis e as vidraças do lado externo, como nas velhas casas de Minas. Aproximei-me devagar e pulei o muro. Peguei a chave no vaso de plantas e entrei. A entrada era ampla, assim como a sala a seguir, com muitos móveis. Os objetos de decoração eram todos de aparência clássica, certamente muito caros. Os quartos estavam arrumados e os banheiros eram de finíssimo gosto.”

Sobre a estrutura global desse pequeno fragmento, é correto afirmar que:

- (A) o texto é exclusivamente narrativo, com uma sequência de ações praticadas pelo próprio narrador;
- (B) o texto é uma mistura de texto descritivo, em sua maior parte, com texto narrativo;
- (C) o narrador do texto, sendo personagem da trama, é do tipo onisciente;
- (D) a descrição da casa é rica em detalhes, sendo realizada de dentro para fora do imóvel;
- (E) o narrador e o observador são pessoas distintas no texto.

Direito Público (Administrativo e Constitucional)

16

Certa autarquia municipal, que realiza serviço público de saneamento básico, precisa utilizar determinada faixa de domínio de rodovia, objeto de concessão pedagiada, para fins de instalar a infraestrutura necessária para a realização de suas atividades.

Ocorre que a mencionada delegação foi regularmente formalizada pelo Poder Concedente com a concessionária Expressa, nos termos da Lei nº 8.987/1995, havendo previsão no edital e no contrato no sentido de viabilizar a cobrança pela utilização da faixa de domínio, bem de uso comum do povo, como receita alternativa de tal avença, sendo certo que a concessionária visa a realizar tal cobrança da mencionada entidade administrativa.

Diante dessa situação hipotética, à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) considerando que a autarquia municipal atua como concessionária de serviço público, é viável a cobrança pelo uso da faixa de domínio almejada pela concessionária Expressa;
- (B) a viabilidade de cobrança de fontes alternativas de receita transforma a delegação em questão em concessão patrocinada, legitimando, assim, a cobrança almejada pela concessionária Expressa;
- (C) a cláusula do contrato de concessão que prevê a possibilidade de fonte alternativa de receita é ilegal, na medida em que a concessão comum em apreço deve ser custeada exclusivamente pelo pedágio;
- (D) apenas o respectivo Poder Concedente poderia cobrar da entidade administrativa prestadora de serviço público pela eventual utilização de bem de uso comum do povo, invalidando, assim, a cobrança efetuada pela concessionária Expressa;
- (E) apesar de ser possível a previsão que autoriza as fontes alternativas de receita para a concessão em comento, a concessionária Expressa não pode efetuar a cobrança em relação à entidade administrativa que realiza o serviço público em questão.

17

Ao ler o Decreto Rio nº 48.349/2021 que criou o Programa Carioca de Integridade Pública e Transparência – Rio Integridade, Marcela verificou que o preâmbulo da mencionada norma destaca, dentre outros aspectos relevantes, a necessidade de combater o desvio de finalidade, que, nos respectivos termos, se “caracteriza pelo uso da máquina pública para satisfação de interesses privados, direta ou indiretamente”.

Marcela passou, então, a aprofundar os seus estudos acerca do tema, de modo que veio a concluir, corretamente, que o desvio de finalidade corresponde a vício:

- (A) sanável do ato administrativo, que é passível de convalidação, abarcado pela teoria do abuso de poder;
- (B) insanável do ato administrativo, que é passível de convalidação, não abarcado pela teoria do abuso de poder;
- (C) sanável do ato administrativo, que não é passível de convalidação, não abarcado pela teoria do abuso de poder;
- (D) insanável do ato administrativo, que não é passível de convalidação, abarcado pela teoria do abuso de poder;
- (E) que pode ser sanável ou insanável, a depender da violação ao interesse público, não abarcado pela teoria do abuso de poder.

18

Montéquio é servidor estável de determinado ente federativo, que, na qualidade de agente da licitação, está analisando um edital para a formalização de um contrato administrativo para realização de obra de grande complexidade, no regime de contratação integrada, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, sendo certo que o aludido instrumento convocatório contempla matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.

Questionado acerca das peculiaridades da aludida matriz de alocação de riscos, Montéquio, à luz da Lei nº 14.133/2021, esclareceu, corretamente, que:

- (A) não seria necessário que o edital para a contratação em questão contemplasse a matriz de alocação de riscos;
- (B) os riscos que tenham cobertura oferecida por seguradoras serão preferencialmente alocados para o contratante;
- (C) a assunção de risco quanto à alteração unilateral do contrato importa na renúncia quanto ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato pelas partes;
- (D) a matriz de alocação de riscos definirá o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação a eventos supervenientes e deverá ser observada na solução de eventuais pleitos das partes;
- (E) para a contratação em questão, os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação associados à escolha do projeto básico pelo contratado não poderão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.

19

Com vistas a aprimorar serviços públicos de sua atribuição, o Município Alfa visa a criar uma Agência Reguladora, para a qual pretende conferir competência regulatória no âmbito do respectivo setor.

Acerca das peculiaridades do regimento jurídico da mencionada entidade autárquica, é correto afirmar que:

- (A) não pode ser a ela aplicada a imunidade tributária recíproca;
- (B) sua criação decorre de lei, independentemente de registro de atos constitutivos;
- (C) seus bens são privados, mas considerados impenhoráveis quando afetados ao serviço público;
- (D) o regime de pessoal a ela aplicável deve ser o celetista, na medida em que não se submete ao regime jurídico único;
- (E) ela não tem personalidade jurídica, possuindo apenas capacidade postulatória para a defesa de suas atribuições.

20

Gilvandra está muito preocupada com o tratamento de seus dados pessoais por determinado órgão público, para finalidade específica. Ela, inicialmente, consentiu com o aludido tratamento, mas se arrependeu, de modo que almeja revogar o consentimento.

Em razão disso, ela busca saber se existem e quais seriam as hipóteses de término do tratamento dos dados em questão, bem como acerca da viabilidade de conservação de tais informações após eventual término.

Diante da mencionada situação hipotética, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), é correto afirmar que:

- (A) caso verificado o término do tratamento, os dados de Gilvandra serão eliminados, de modo que não é possível a autorização para uso exclusivo do controlador, nem com a anonimização dos dados;
- (B) caracteriza hipótese de término do tratamento dos dados de Gilvandra a verificação de que a finalidade específica foi alcançada, após o que os dados serão eliminados, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, salvo autorização para a sua conservação em situações pontuais;
- (C) o consentimento de Gilvandra é irrevogável, de modo que não é possível a sua revogação para viabilizar o término do tratamento de seus dados pelo órgão público competente para a finalidade específica em questão;
- (D) a única hipótese para o término do tratamento dos dados de Gilvandra é o fim do período determinado em lei para tanto, ou seja, o transcurso do prazo legal para que seja alcançada a respectiva finalidade específica;
- (E) após o término do tratamento dos dados de Gilvandra, a sua conservação não pode ser autorizada para a finalidade de estudo por órgão de pesquisa, ainda que promovida a anonimização.

21

Rozendo, na qualidade de servidor estável lotado em determinado órgão consultivo do Município Alfa, foi instado a elaborar um parecer obrigatório e vinculante para o gestor Abílio. Ocorre que Rozendo não tem muito domínio da matéria objeto do parecer, de modo que, dolosamente, não realizou a mencionada atribuição, sob o receio de cometer algum erro, mantendo-se inerte para evitar que eventual orientação equivocada viesse a importar na responsabilização pessoal tanto de Rozendo quanto de Abílio. Diante da omissão de Rozendo, Abílio ainda não realizou o respectivo ato de gestão.

Considerando principalmente o disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942, com a redação conferida pela Lei nº 13.655/2018), é correto afirmar que:

- (A) por sua opinião técnica, Rozendo apenas poderia ser responsabilizado nas hipóteses de dolo ou erro grosseiro;
- (B) a omissão dolosa de Rozendo em realizar a sua atribuição não pode importar em sua responsabilização pessoal;
- (C) tanto Abílio quanto Rozendo podem ser responsabilizados pessoalmente, independentemente de dolo ou culpa;
- (D) Abílio pode ser pessoalmente responsabilizado por omissão, independentemente de dolo e das circunstâncias fáticas, pois deveria ter realizado o ato, mesmo sem o parecer de Rozendo;
- (E) nenhum dos mencionados agentes pode ser pessoalmente responsabilizado pela omissão de Rozendo, pois a responsabilização dos agentes se restringe às hipóteses de erro grosseiro.

22

Após os devidos trâmites, os Municípios limítrofes Alfa, Beta, Gama e Ômega formalizaram um consórcio público para a realização de interesses comuns, voltados para proteção ambiental, do qual resultou a criação da Associação Pública Juntos.

À luz da Lei nº 11.107/2005, os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio em questão mediante:

- (A) contrato de rateio;
- (B) termo de colaboração;
- (C) contrato de programa;
- (D) contrato de gestão;
- (E) termo de parceria.

23

No âmbito de um procedimento de manifestação de interesse social, certa organização da sociedade civil encaminhou a determinado Município proposta que contém a indicação do subscritor e do interesse público envolvido, assim como o diagnóstico da realidade que se pretende aprimorar, além de indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Pelas devidas vias, a respectiva Administração tornou pública a proposta, a fim de promover a oitiva da sociedade sobre o tema. A proposta foi extremamente bem recebida e tem concretas aptidões para promover os efeitos almejados.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que:

- (A) a organização da sociedade civil que realizou a proposta está impedida de participar do respectivo chamamento público;
- (B) a boa aceitação da proposta pela sociedade obriga a Administração a executar o chamamento público, inexistindo discricionariedade quanto à eventual celebração da parceria;
- (C) o aludido procedimento não tem previsão específica no âmbito da lei das parcerias, sendo restrito aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 14.133/2021;
- (D) a realização do procedimento em questão não dispensa a convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria;
- (E) por se tratar de matéria submetida à discricionariedade da Administração, não deveria ter sido realizada a oitiva da sociedade.

24

Ptolomeu é servidor do Município do Rio de Janeiro que não realizou concurso público e ocupa cargo exclusivamente em comissão, de modo que é correto afirmar acerca de seu regime jurídico funcional, à luz das disposições constitucionais, que o mencionado agente público:

- (A) exerce atribuições de direção, chefia ou assessoramento;
- (B) submete-se ao regime próprio de previdência dos servidores públicos;
- (C) após três anos de efetivo exercício, passa a gozar da garantia da estabilidade;
- (D) só pode ser exonerado após processo administrativo disciplinar;
- (E) não poderá ter seu cargo afetado, caso haja necessidade de redução em decorrência do excesso do limite estabelecido na lei de responsabilidade fiscal.

25

Críscia é a autoridade competente para analisar determinado recurso administrativo em processo administrativo disciplinar (PAD), que resultou na demissão de Alísio, em razão da prática de ato de improbidade administrativa no exercício de suas atribuições enquanto servidor estável.

Diversas nulidades foram alegadas no mencionado recurso, dentre as quais os vícios atinentes: à instauração do PAD por meio de denúncia anônima; à ausência de exposição detalhada dos fatos na portaria inaugural; à utilização de “prova emprestada” de processo judicial; ao excesso de prazo na conclusão do PAD; à impossibilidade de demissão por ato de improbidade administrativa sem o prévio pronunciamento judicial.

Ao confrontar os referidos argumentos com as súmulas do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, Críscia concluiu, corretamente, que a aludida Corte Superior consolidou a orientação de que:

- (A) a denúncia anônima invalida a instauração de processo administrativo disciplinar, independentemente do poder-dever de autotutela da Administração;
- (B) é imprescindível que a portaria de instauração de processo administrativo disciplinar contenha a exposição detalhada dos fatos a serem apurados;
- (C) é permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, desde que devidamente autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa;
- (D) a autoridade administrativa não pode demitir servidor pela prática de improbidade, sem o prévio pronunciamento judicial;
- (E) o excesso de prazo para a conclusão de processo administrativo importará necessariamente na sua nulidade.

26

Hermógenes, servidor estável ocupante do cargo de auditor do planejamento e orçamento da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, pretende levar pleito relacionado à defesa de direitos atinentes ao exercício de suas atribuições à apreciação da Administração Pública Municipal.

À luz das normas constitucionais e das disposições constantes na Lei nº 94/1979 do Município do Rio de Janeiro, acerca do direito de petição, é correto afirmar que:

- (A) o Município está autorizado a instituir taxa para viabilizar o direito de petição;
- (B) o pedido de reconsideração e o recurso não têm efeito suspensivo;
- (C) não caberá pedido de reconsideração de decisão que for prolatada;
- (D) não caberá recurso das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos;
- (E) o requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e terá solução dentro do prazo de noventa dias.

27

Caso certo Município almeje realizar a contratação de um serviço comum de engenharia relativo a ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, nos termos da Lei nº 14.133/2021, caberá a utilização da modalidade licitatória:

- (A) convite;
- (B) concurso;
- (C) diálogo competitivo;
- (D) leilão;
- (E) pregão.

28

Recentemente, Juvelina, prefeita do Município Delta, sem realizar concurso público, dolosamente, promoveu a contratação por tempo determinado de Eleutério para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, devidamente especificada nos termos da lei local vigente. No exercício da respectiva função, Eleutério atuou de forma negligente, vindo a causar danos ao erário municipal, de forma culposa.

Diante dessa situação hipotética, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, é correto afirmar que:

- (A) a conduta de Juvelina, por si só, não caracteriza ato de improbidade administrativa;
- (B) Eleutério deve ser responsabilizado por ato de improbidade que causou prejuízo ao erário;
- (C) a conduta de Juvelina, por si só, configura ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário;
- (D) a conduta de Juvelina, por si só, caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública;
- (E) diante da contratação por tempo determinado, Eleutério não pode ser considerado agente público, para fins de responsabilização com base na lei de improbidade administrativa.

29

Sociedade Incrível pleiteou um ato administrativo vinculado perante o órgão público competente, o qual foi indeferido, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos necessários, tal como se observa do respectivo banco de dados no sistema eletrônico de tal órgão.

Em razão disso, a mencionada sociedade ajuizou ação com vistas a obter o reconhecimento do direito subjetivo ao ato administrativo em questão, sob o fundamento de que há equívoco no mencionado banco de dados, no qual pleiteou a tutela provisória, que foi negada pelo juízo.

Diante dessa situação hipotética, o atributo do ato administrativo que respalda a decisão que negou o pedido de tutela provisória é o da:

- (A) imperatividade;
- (B) autoexecutoriedade;
- (C) consensualidade;
- (D) heteroexecutoriedade;
- (E) presunção de veracidade.

30

O Estado Alfa se notabilizou no cenário nacional pela produção de sal marinho. Alguns produtores, no entanto, se ressentiam do fato de a qualidade dos instrumentos de extração não ser conhecida do consumidor, já que grande parte do processo de industrialização era realizada fora de Alfa. Por tal razão, foi editada a Lei estadual nº X, que estabeleceu detalhado regramento determinando que a venda do sal marinho para outras unidades da federação deveria ser realizada prioritariamente após o seu beneficiamento, sendo estabelecidos limitadores, em toneladas, para a comercialização do sal *in natura*.

Irresignada com o teor da Lei nº X, do Estado Alfa, a associação nacional das indústrias do setor consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade desse diploma normativo com a Constituição da República de 1988, sendo-lhe corretamente respondido que a Lei estadual nº X é:

- (A) inconstitucional, por afrontar a competência privativa da União para legislar sobre comércio;
- (B) inconstitucional, considerando que compete privativamente à União legislar sobre direito econômico;
- (C) constitucional, desde que a União, anteriormente, não tenha editado normas gerais em sentido diverso;
- (D) constitucional, considerando que o Estado Alfa possui competência concorrente com a União para legislar sobre direito econômico;
- (E) constitucional, pois todos os entes federativos, observados os limites constitucionais, têm competência administrativa para legislar sobre comércio e proteção do consumidor.

31

Uma comissão permanente da Câmara dos Deputados recebeu, para análise, projeto de lei complementar cujo objeto era o delineamento de medidas direcionadas à sustentabilidade da dívida pública. Um ponto que gerou muito debate entre os parlamentares dizia respeito à alienação de ativos com o objetivo de reduzir o montante da dívida.

Ao fim das discussões, concluiu-se, corretamente, que a referida proposição legislativa, à luz da Constituição da República de 1988, deve estabelecer:

- (A) a obrigatoriedade da alienação, conforme cronograma vinculado ao plano plurianual;
- (B) o planejamento para a alienação, de modo a assegurar a sua correlação com a redução da dívida;
- (C) a obrigatoriedade da alienação, observada a necessidade de avaliação e de lei específica em se tratando de bens imóveis;
- (D) a vedação à alienação, de modo a evitar que o patrimônio público seja dilapidado e a despesa pública continue a aumentar;
- (E) a facultatividade da alienação, que só se tornará obrigatória quando as metas fiscais não forem alcançadas em dois exercícios consecutivos.

32

João procurou um advogado e o consultou a respeito da possibilidade de ajuizar uma ação, em face de certo ente federativo, com base em uma norma constitucional que reconhecia determinado direito social, visando à obtenção de provimento jurisdicional que determinasse a sua implementação. Ao analisar o teor da norma, o advogado constatou que ela tem natureza programática, tendo concluído, corretamente, que:

- (A) a eficácia da norma está condicionada à futura integração pela legislação, o que significa dizer que ela não produzirá nenhum efeito enquanto isso não ocorrer;
- (B) a eficácia da norma deve ser integrada pela legislação, mas, mesmo que essa integração não tenha ocorrido, revogou a legislação infraconstitucional que se mostrava incompatível com ela;
- (C) a eficácia da norma é limitada, indicativo de que o seu núcleo essencial tem eficácia direta, enquanto os comandos periféricos têm eficácia indireta, carecendo de integração pela legislação;
- (D) a eficácia da norma é contida, devendo ser interpretada como comando de endereçamento político, sendo inábil para embasar direitos subjetivos, que possibilitam a exigência de subordinação do interesse alheio ao próprio;
- (E) por carecer de eficácia, não pode entrar em conflito com outras normas constitucionais que tenham eficácia direta, já que conflito dessa natureza, por se desenvolver no mesmo plano hierárquico, é resolvido no momento da aplicação.

33

Técnicos da União, há alguns anos, promoveram discussões a respeito da conveniência, ou não, de se criar um novo imposto federal, bem como se os Estados e o Distrito Federal teriam alguma participação no produto da arrecadação. Na época, o objetivo era o de aumentar a arrecadação em razão do crescimento da despesa pública decorrente da implementação de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população.

Ao final de suas reflexões, concluíram, corretamente, que, por imposição constitucional, os referidos entes:

- (A) ficariam com 20% do produto da arrecadação do referido imposto;
- (B) ficariam com o percentual do produto da arrecadação do referido imposto, conforme definido na lei que o instituir;
- (C) participariam do produto da arrecadação, quer o imposto fosse criado por emenda constitucional, quer por lei ordinária;
- (D) participariam indiretamente do referido imposto, pois 49% do produto da arrecadação seriam direcionados ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;
- (E) não participariam do produto da arrecadação do referido imposto, pois a repartição das receitas tributárias é restrita aos impostos ordinários previstos na ordem constitucional.

34

Em razão do aumento exponencial das chuvas, foi constatado que determinada barragem estava se rompendo, o que colocaria em risco centenas de pessoas residentes no Município Alfa. Por tal razão, o prefeito municipal, tomando por base esse fato, notificou Maria de que um galpão de sua propriedade, situado em local elevado, seria provisoriamente ocupado, determinando, ainda, que os órgãos municipais estruturassem um centro de atendimento médico para possíveis vítimas, e que os veículos de salvamento fossem ali alocados.

Ao consultar um advogado a respeito da conformidade constitucional da medida adotada pelo prefeito municipal em relação à sua propriedade, foi corretamente informado a Maria que:

- (A) ela não será indenizada pelo uso do imóvel, apenas por eventuais danos que lhe sejam causados;
- (B) a medida se mostra ilegal, pois o imóvel somente poderia ser utilizado após prévia e justa indenização em dinheiro, o que não ocorreu;
- (C) a medida se mostra ilegal, considerando não ter sido antecedida de ordem judicial determinando a imissão do Município Alfa na posse;
- (D) a medida se mostra ilegal, pois não foi antecedida de processo administrativo regular, já que ela apenas foi notificada de uma decisão já tomada;
- (E) ela fará jus à indenização, em momento posterior, pelas receitas que deixar de arrecadar com o imóvel e pelos danos eventualmente causados em sua propriedade.

35

João, servidor ocupante do cargo de provimento efetivo X no Estado Alfa, sofreu grave acidente que o impediu de exercer as funções afetas ao referido cargo. Após a fruição de um longo período de licença à saúde e tratamento fisioterápico, João foi comunicado pelo Núcleo de Saúde que seria reabilitado.

Considerando os termos da narrativa, é correto afirmar, à luz da Constituição da República de 1988, que João, enquanto permanecer nessa condição, preencherá as demais exigências:

- (A) continuará a ocupar o cargo X, mas somente exercerá as funções compatíveis com suas aptidões físicas e mentais;
- (B) passará a ocupar outro cargo, desde que exija habilitação e escolaridade similares ao cargo X, mantida a remuneração deste último;
- (C) passará a ocupar outro cargo, que exija habilitação e escolaridade similares ao cargo X, passando a receber a remuneração do cargo de destino;
- (D) passará a ocupar outro cargo, ainda que exija habilitação diversa e escolaridade superior ao cargo X, desde que João preencha esses requisitos, mantida a remuneração deste último;
- (E) continuará a ocupar o cargo X e a receber a respectiva remuneração, mas passará a exercer as funções afetas a cargo diverso, que exija habilitação e escolaridade similares ao de origem.

Contabilidade Geral e Societária

36

Uma empresa apresentou o seguinte Balanço Patrimonial em 31/12/20X3:

Ativo	R\$	Passivo	R\$
Ativo Circulante	80.000	Passivo Circulante	55.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	10.000	Fornecedores	20.000
Aplicações Financeiras	5.000	Salários e encargos	5.000
Contas a receber de clientes	20.000	Empréstimos e financiamentos	30.000
Tributos a recuperar	5.000	Passivo Não Circulante	65.000
Ativos Classificados como mantidos para venda	40.000	Fornecedores	10.000
Ativo Não Circulante	105.000	Empréstimos e financiamentos	50.000
Aplicações Financeiras	10.000	Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	5.000
Tributos diferidos	5.000	Patrimônio Líquido (PL)	65.000
Contas a receber de clientes	10.000	Capital social	50.000
Investimentos	30.000	Reservas de capital	1.000
Imobilizado	50.000	Reservas de Lucros	14.000
Total do Ativo	185.000	Total do Passivo + PL	185.000

Considerando as informações apresentadas e a perspectiva de análise das demonstrações contábeis, o valor do saldo em tesouraria é de:

- (A) R\$ 5.000;
- (B) R\$ 20.000;
- (C) R\$ 25.000;
- (D) R\$ 30.000;
- (E) R\$ 55.000.

37

Uma empresa S/A apresentou projeções de resultados futuros com alto grau de confiabilidade em 2018, contudo, divergentes dos valores realizados, mesmo quando reestimadas por sua administração nos exercícios seguintes e confrontadas novamente com o realizado. Ainda, a empresa registrou um ativo fiscal diferido em suas demonstrações financeiras, entre os exercícios de 2021 e 2023.

Período	Projeção do Resultado Antes IR/CSSL	Realizado
2018	-10 milhões	-14 milhões
2019	12 milhões	-16 milhões
2020	14 milhões	-15,2 milhões
2021	16 milhões	1,5 milhão
2022	18 milhões	0,4 milhão
2023	20 milhões	-16 milhões
2024	22 milhões	-14,5 milhões
2025	22,4 milhões	-12 milhões

A partir disso, um contador recém-contratado atestou uma recorrente e acentuada discrepância entre as estimativas feitas pela empresa e os resultados por ela alcançados. É de se destacar que, durante o período apresentado, a empresa, novamente, incrementou o ativo fiscal diferido. O que representou quase 40% do ativo total da empresa.

Nesse caso, considerando somente as informações apresentadas e segundo o CPC 32 - Tributos sobre o lucro, o contador identificou que:

- (A) é necessária a reapresentação das demonstrações financeiras contemplando ajustes, a título de retificação de erro e sem efeitos retrospectivos nos comparativos;
- (B) é necessária a reapresentação das demonstrações financeiras contemplando ajustes, a título de mudança de política contábil e sem efeitos retrospectivos nos comparativos;
- (C) é necessária a reapresentação das demonstrações financeiras contemplando ajustes, a título de mudança de estimativa contábil e com efeitos retrospectivos nos comparativos;
- (D) o alto grau de confiabilidade dos estudos técnicos das projeções realizados pela empresa é suficiente para o reconhecimento dos créditos tributários nas demonstrações financeiras (ativo fiscal diferido);
- (E) há falta de evidências convincentes da disponibilidade de lucros tributáveis futuros suficientes para que os valores registrados como ativo fiscal diferido, provenientes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados, possam ser utilizados.

38

Uma empresa S/A apresentou em seu relatório de auditoria as seguintes informações no parágrafo de opinião do auditor: o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante, apresenta prejuízo no exercício, a margem bruta é negativa, há prejuízos acumulados e passivo a descoberto. Além disso, a empresa depende da obtenção de capital para cumprir com os compromissos.

Considerando as informações apresentadas e conforme os preceitos do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, esse relato indica que:

- (A) a utilização do regime de caixa deve ser a base de mensuração, dada a existência de incerteza relevante;
- (B) a entidade deve apresentar separadamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes;
- (C) a base de mensuração das demonstrações contábeis deve ser a custo histórico, dada a existência de incerteza relevante;
- (D) as demonstrações contábeis fornecem informações sob o ponto de vista de um grupo específico de investidores e credores;
- (E) a existência de incerteza relevante pode levantar dúvidas significativas quanto à premissa de continuidade operacional.

39

No ambiente brasileiro, diversos casos de fraudes contábeis vêm ocorrendo nos últimos anos. Nesse contexto, pode-se considerar que tanto o conselho de administração como o conselho fiscal possuem funções que visam reduzir a assimetria informacional. Dessa forma, percebe-se sua importância para o mercado de capitais e para os investidores.

Assim, conforme a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, compete aos membros do conselho fiscal:

- (A) supervisionar a estrutura e as atividades de gerenciamento de riscos pela gestão da organização;
- (B) monitorar a qualidade do processo contábil e das práticas contábeis selecionadas, da preparação das demonstrações financeiras e outras informações divulgadas a terceiros;
- (C) assessorar o conselho de administração no controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras, visando a confiabilidade e integridade das informações para proteger a organização;
- (D) denunciar aos órgãos de administração e à assembleia geral, caso não tomem as providências necessárias, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem;
- (E) monitorar a efetividade e a qualidade dos sistemas antifraudes da organização.

40

Uma empresa comercial vende pacotes de um produto. O estoque de pacotes está registrado, em 31 de dezembro de 20X3, a um custo de R\$ 50,00 cada. Durante a auditoria, os auditores observaram que o preço de venda subsequente de cada pacote em 15 de janeiro de 20X4 era de R\$ 40,00 cada. Ainda, nesse dia, uma diligência revelou que, durante o levantamento físico do estoque, um vazamento de água danificou parte do estoque. Consequentemente, a empresa gastou um total de R\$ 15,00 por pacote para consertar e reaplicar cola nos pacotes.

O valor realizável líquido e a redução (perda) do estoque equivalem, respectivamente, a:

- (A) R\$ 45,00 e R\$ 10,00;
- (B) R\$ 40,00 e R\$ 15,00;
- (C) R\$ 35,00 e R\$ 25,00;
- (D) R\$ 30,00 e R\$ 15,00;
- (E) R\$ 25,00 e R\$ 25,00.

41

Uma empresa S/A de prestação de serviços de engenharia para aeronaves recebeu um pedido para desenvolver novos projetos de dutos de ar-condicionado em aeronaves. Para esse projeto, a empresa captou R\$ 1 milhão de dois investidores. Os gastos em que a empresa incorreu em seu projeto de pesquisa e desenvolvimento foram:

- 15 de janeiro de 20X3: pagou R\$ 175.000 em salários aos engenheiros.
- 31 de março de 20X3: gastos de R\$ 250.000 em projeto do duto e produção do modelo de teste.
- 15 de junho de 20X3: gastos de R\$ 300.000 adicionais para revisar o projeto de dutos para garantir que o produto pudesse ser introduzido no mercado.
- 15 de agosto de 20X3: gastos de R\$ 80.000 com o primeiro modelo (protótipo) que foi desenvolvido e testado com os ar-condicionados para garantir sua compatibilidade.
- 30 de outubro de 20X3: a fase de pesquisa foi concluída. Gastos de R\$ 50.000 para uma conferência de apresentação e introdução do novo produto. Gastos de R\$ 100.000 para treinamento de pessoal para operar o ativo nas aeronaves.
- 15 de dezembro de 20X3: a fase de desenvolvimento foi concluída e um orçamento de fluxo de caixa foi preparado. O lucro líquido para o ano 20X4 foi estimado em R\$ 1.900.000.

Considerando as informações apresentadas, a empresa deve contabilizar:

- (A) todos os gastos como despesas;
- (B) os gastos até 15 de agosto de 20X3 como despesas e os demais como ativos intangíveis;
- (C) todos os gastos como ativos intangíveis;
- (D) os gastos até 15 de agosto de 20X3 como despesas e os gastos de R\$ 100.000 como ativos intangíveis;
- (E) os gastos até 30 de outubro de 20X3 como despesas e os demais como ativos intangíveis.

42

Em 20X3, a administração de uma empresa S/A aprovou o plano de substituição de sua frota de caminhões, incluindo o arrendamento de 53 caminhões, seguindo a estratégia de acelerar a substituição de toda a frota por caminhões maiores e de próxima geração, com menor consumo de combustível devido à nova tecnologia do motor. A frota apresenta valor contábil de R\$ 220 milhões. Essa alteração no uso pretendido dos ativos desencadeou uma revisão de *impairment*. Como resultado dessa revisão, a empresa identificou um valor justo de R\$ 200 milhões, um valor em uso de R\$ 180 milhões e um contrato oneroso de R\$ 20 milhões.

A partir das informações apresentadas, a empresa deve:

- (A) excluir a possibilidade de perda por *impairment*;
- (B) considerar um ganho no montante de R\$ 20 milhões;
- (C) reconhecer uma provisão no passivo para o contrato oneroso;
- (D) considerar o valor em uso como valor realizável líquido;
- (E) reconhecer os gastos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução do arrendamento como despesas.

43

Uma empresa S/A apresentou os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial e Passivo Circulante:

Passivo	R\$
Passivo Circulante	
Fornecedores	58.392,00
Salários e encargos	49.939,00
Empréstimos e financiamentos	15.509,00
Tributos a recolher	9.111,00
Arrendamentos a pagar	37.621,00
Outras contas a pagar	167.363,00
Total do Passivo Circulante	337.935,00

Em se tratando dos preceitos da Lei nº 6.404/1976 e sobre a divulgação de outras contas a pagar, é correto afirmar que:

- (A) a entidade pode reduzir a compreensibilidade das suas demonstrações contábeis, em prol da agregação das informações;
- (B) as contas semelhantes e os pequenos saldos podem ser agregados, desde que indicada a sua natureza e que não ultrapassem um décimo do valor do respectivo grupo;
- (C) a comunicação efetiva nas demonstrações contábeis é suportada considerando que as informações padronizadas da entidade são mais úteis do que descrições específicas;
- (D) nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e podem ser utilizadas designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes";
- (E) nas demonstrações, a agregação torna as informações menos úteis ao resumir grande quantidade de detalhes.

44

A administração de uma empresa S/A apresentou em suas demonstrações financeiras individuais um ativo classificado como propriedade para investimento e mensurado a valor justo. Ainda, esse mesmo ativo foi classificado como imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas e mensurado, também, a valor justo.

Nesse caso, considerando somente as informações apresentadas e os preceitos das Normas (Pronunciamentos, Orientações e Interpretações) emitidas pelo CPC, é correto afirmar que:

- (A) em razão da obrigatória paridade de patrimônios líquidos entre o balanço individual e consolidado, a empresa deveria ter reconhecido o ativo como propriedade para investimento em ambos os balanços;
- (B) em razão da obrigatória paridade de patrimônios líquidos entre o balanço individual e consolidado, a empresa aplicou o critério de mensuração a valor justo para o mesmo ativo nas demonstrações financeiras e consolidadas;
- (C) esse procedimento proporciona o devido alinhamento entre os requerimentos normativos disciplinados nas Normas (Pronunciamentos, Orientações e Interpretações) emitidas pelo CPC;
- (D) as propriedades para investimento devem ser avaliadas ao valor justo e a reavaliação do valor justo deve ser incorporada ao ativo imobilizado com efeitos no resultado e no patrimônio líquido consolidado;
- (E) em razão da obrigatória paridade de patrimônios líquidos entre o balanço individual e consolidado, o critério de custo deveria ter sido utilizado para as propriedades para investimento e para o imobilizado.

45

Uma empresa S/A denominada ABC divulgou a venda de participação de 7% da empresa DEF para sua controladora GHI. A partir dessa alienação, a empresa ABC reconheceu, além do ganho realizado pela venda da participação, o ganho da reavaliação de parcela detida a valor justo no valor de R\$ 500 milhões. A controladora da empresa ABC (empresa GHI) divulgou em suas demonstrações individuais, no que tange ao reconhecimento da equivalência patrimonial de seu investimento na controlada ABC, eliminações dos efeitos do aludido ganho não realizado de R\$ 500 milhões devido à controladora (empresa GHI) da empresa ABC ser controladora indireta da empresa DEF, caracterizada como linha de controle vertical.

Nesse caso, sobre a operação de alienação da parcela de participação no capital social da empresa DEF pela empresa ABC, em termos econômicos, é correto afirmar que:

- (A) atendeu à característica qualitativa fundamental da representação fidedigna;
- (B) apresentou uma transação entre partes independentes;
- (C) representou um ganho econômico de R\$ 500 milhões;
- (D) inexistiu a transferência do controle societário da empresa ABC para a empresa GHI;
- (E) inexistiu o poder de controle da empresa GHI em relação à empresa DEF.

Economia

46

Das estáticas comparativas a seguir, está correta:

- (A) aumento da poupança pública em conta-corrente eleva o déficit público;
- (B) aumento das transferências do governo eleva a carga tributária líquida;
- (C) aumento dos juros da dívida pública eleva o déficit primário do setor público;
- (D) aumento da taxa real de juros eleva o déficit nominal do setor público;
- (E) desvalorização cambial reduz o déficit operacional do setor público.

47

O IBGE divulga trimestralmente os dados das contas nacionais. No documento Indicadores IBGE, publicado em 01/06/2023, constam os dados (em milhões de reais) a seguir.

Produto Interno Bruto (PIB):

- PIB = 2.556.531

Remuneração dos Empregados não Residentes Enviada e Recebida do Resto do Mundo, dividida em duas categorias:

- Usos = 186
- Recursos = 449

Rendas de Propriedade Enviadas e Recebidas do Resto do Mundo, divididas em duas categorias:

- Usos = 128.595
- Recursos = 44.120

Transferências Correntes Enviadas e Recebidas do Resto do Mundo, divididas em duas categorias:

- Usos = 15.321
- Recursos = 16.587

O valor da Renda Nacional Bruta será igual a (em milhões de reais):

- (A) 2.472.319;
- (B) 2.473.585;
- (C) 2.640.743;
- (D) 2.729.881;
- (E) 2.731.147.

48

Relacione cada um dos instrumentos de controle monetário com suas respectivas características.

1. Reservas compulsórias
2. Empréstimos de liquidez
3. Operações de mercado aberto

- () Incidem sobre os depósitos à vista, poupança, depósitos a prazo e outras formas de captação dos bancos.
- () Balizados pela taxa de redesconto, servem para cobrir insuficiência de caixa dos bancos frente à demanda de recursos pelos depositantes.
- () Por meio desse instrumento, regula-se o grau de liquidez do sistema econômico.

A relação correta, de cima para baixo, é:

- (A) 1, 2 e 3;
(B) 1, 3 e 2;
(C) 2, 3 e 1;
(D) 2, 1 e 3;
(E) 3, 2 e 1.

49

Em relação ao sistema de metas para a inflação, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Define-se de forma explícita a taxa de inflação a ser perseguida pela Autoridade Monetária para os anos subsequentes.
- () A partir da Regra de Taylor, o Bacen define a taxa de juros em resposta a desvios da inflação em relação à meta.
- () No Brasil, a meta para a inflação é definida pelo Conselho Monetário Nacional e o BC brasileiro adota as medidas necessárias para alcançá-la, tomando como índice de preços balizador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
(B) V, V, F;
(C) V, F, F;
(D) F, F, V;
(E) F, F, F.

50

A 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI (BPM6) realizou diversas modificações na contabilização das Contas Externas em relação à 5ª edição do Manual (BPM5), com exceção de:

- (A) incorporação de lucros reinvestidos, que impactam as transações correntes e, simultaneamente, elevam os investimentos diretos no Brasil e os investimentos diretos no exterior;
- (B) juros da dívida doméstica detidos por não residentes, passando essa rubrica a contar com dados da Selic como fonte de informação, além dos contratos de câmbio;
- (C) uso de novas fontes de informação para balança comercial, como sistema de câmbio, informações prestadas diretamente por empresas importadoras e exportadoras, dentre outras;
- (D) mudança da contabilização do ingresso de recursos no Brasil, que passa a ser registrado como elevação do investimento direto de não residentes;
- (E) alteração da classificação de serviços manufatureiros sobre insumos físicos de propriedade de terceiros para a categoria de bens para processamento.

51

Considere o modelo de crescimento de Solow. Suponha que o capital por trabalhador inicial esteja abaixo do nível de estado estacionário.

Segundo esse modelo, ao longo do tempo, ocorre:

- (A) inicialmente, um crescimento alto do capital, pois a sua produtividade marginal é baixa e esta vai crescendo até ultrapassar o estado estacionário;
- (B) que a soma da taxa de depreciação e do crescimento populacional é maior do que o crescimento do investimento, reduzindo o estoque total por capital;
- (C) que o capital por trabalhador cresce, devido ao investimento por trabalhador ser maior que a depreciação, até alcançar o estado estacionário;
- (D) que a poupança por trabalhador é maior do que o investimento por trabalhador, o que eleva o capital, mas, ao mesmo tempo, a depreciação aumenta, até o estado estacionário;
- (E) elevação do investimento, o que incorre em aumento do crescimento do produto, até atingir o estado estacionário, quando o crescimento do produto volta ao nível positivo anterior.

52

Considere que o mercado de fundos disponíveis para empréstimos esteja em equilíbrio. Suponha que o governo crie um incentivo tributário para os cidadãos elevarem seu nível de poupança.

O resultado sobre esse mercado é a:

- (A) elevação da demanda por fundos para empréstimos devido ao maior volume de investimentos, elevando a taxa de juros de equilíbrio e ampliando ainda mais o nível de poupança;
- (B) geração de um déficit orçamentário, reduzindo a oferta de fundos, elevando a taxa de juros de equilíbrio, o que reduz a quantidade de equilíbrio de fundos;
- (C) geração de uma corrida bancária por liquidez, acarretando redução dos depósitos à vista e consequente redução dos fundos, reduzindo a taxa de juros de equilíbrio;
- (D) elevação da oferta de fundos para empréstimos, reduzindo a taxa de juros de equilíbrio, que, por sua vez, estimula o aumento do investimento;
- (E) elevação inicialmente da oferta de fundos para empréstimos, mas redução da taxa de juros, incentivando agentes a sacarem a poupança, retornando o mercado ao equilíbrio inicial.

53

No regime de bandas cambiais, o Banco Central atua:

- (A) por meio da flutuação suja, com intervenções pontuais, visando reduzir a volatilidade do câmbio;
- (B) na compra e venda de reservas cambiais com o objetivo de se manter o preço da moeda nacional fixo em relação ao da estrangeira;
- (C) definindo limites superior e inferior para a taxa de câmbio e intervindo na cotação quando o câmbio atinge os limites;
- (D) intervindo apenas como ofertante e demandante de divisas em função de suas necessidades;
- (E) para que os termos de troca alcancem metas definidas preliminarmente.

54

Uma das características do modelo IS-LM é que:

- (A) a cruz keynesiana explica o comportamento da curva LM e o equilíbrio do mercado monetário;
- (B) a teoria da preferência pela liquidez explica como o mercado de bens e serviços (curva IS) é afetado pela rigidez de preços;
- (C) o equilíbrio desse modelo fornece a curva de oferta agregada que ajuda a explicar flutuações de curto e longo prazos;
- (D) uma política monetária expansionista provoca redução da taxa de juros, o que aumenta investimento e renda;
- (E) uma política fiscal expansionista, fora do caso clássico, amplia a renda e a demanda por moeda, elevando a taxa de juros.

55

Dentre os instrumentos de política fiscal, o governo pode lançar mão de diversas medidas, com exceção do(a):

- (A) orçamento público, visando ao controle das receitas e despesas;
- (B) alteração das alíquotas de tributos, podendo conceder isenção para estimular determinados setores;
- (C) variação dos gastos públicos, para estimular compras públicas e investimento público;
- (D) contenção de despesas ou aumento da carga tributária, para contenção de excesso de demanda agregada;
- (E) desvalorização do câmbio, como forma de estimular exportações e elevar a arrecadação.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

56

A soma das raízes reais da equação $x^6 - 4x^4 + x^2 - 4 = 0$ vale:

- (A) 0;
- (B) 1;
- (C) 2;
- (D) 3;
- (E) 4.

57

O sapo e o grilo partem do mesmo lugar de uma estrada reta. Eles andam aos pulos, o sapo saltando 8,5 cm e o grilo saltando 13,6 cm.

Eles irão aterrissar pela primeira vez no mesmo lugar a uma distância do ponto de partida igual a:

- (A) 68 cm;
- (B) 85 cm;
- (C) 110 cm;
- (D) 136 cm;
- (E) 154 cm.

58

Em certo reino distante, a moeda nacional é o irreal. Há apenas notas de 5 e de 6 irreal. Em visita ao reino, dr. Blanc levou uma bolsa com 500 notas de 5 irreal e 500 notas de 6 irreal. Ele comprou por 1.214 irreal uma escultura local e pagou essa quantia usando o maior número de notas possível.

O total de notas usadas pelo dr. Blanc foi de:

- (A) 238;
- (B) 239;
- (C) 240;
- (D) 241;
- (E) 242.

59

Rita chegou no elevador de um prédio comercial de cinco andares. Ela ia para o quinto andar e estava com pressa. Havia outras quatro pessoas esperando o elevador. Ela pensou que seria muito azar se uma daquelas pessoas fosse ao primeiro andar, outra ao segundo, outra ao terceiro e outra ao quarto.

A probabilidade de que o temor de Rita se concretizasse é igual a:

- (A) $4/64$;
- (B) $4/625$;
- (C) $5/64$;
- (D) $24/625$;
- (E) $25/64$.

60

Seja N o número de 30 algarismos, todos iguais a 1. No número N^2 , o algarismo 1 aparece:

- (A) 1 vez;
- (B) 2 vezes;
- (C) 3 vezes;
- (D) 4 vezes;
- (E) 5 vezes.

61

Um trapézio isósceles tem sua base maior igual a 40 e sua base menor igual a 20. Um dos ângulos internos do trapézio vale 120 graus.

Cada lado lateral do trapézio mede:

- (A) 12;
- (B) 14;
- (C) 16;
- (D) 18;
- (E) 20.

62

Joaquim vende quentinhas com arroz, feijão e ovo. Uma quentinha com dois ovos, uma porção de arroz e outra de feijão custa R\$ 2,10. A quentinha com um ovo, duas porções de arroz e duas de feijão tem o custo de R\$ 1,80.

O custo da quentinha com um ovo, uma porção de arroz e outra de feijão é:

- (A) R\$ 1,10;
- (B) R\$ 1,20;
- (C) R\$ 1,30;
- (D) R\$ 1,40;
- (E) R\$ 1,50.

63

Uma empresa produz tintas de cor cinza, em dois modelos. No modelo 1, ela usa a proporção de 7 colheres de tinta preta para 3 colheres de tinta branca. No modelo 2, a proporção é de 2 colheres de tinta preta para 3 colheres de tinta branca. A empresa usará 1.100 galões de tinta preta e 900 galões de tinta branca na produção dos dois modelos.

Nesse caso, o total de galões do modelo 1 que serão produzidos é igual a:

- (A) 850;
- (B) 960;
- (C) 1.000;
- (D) 1.180;
- (E) 1.200.

64

Sejam H um hexágono regular, C a circunferência circunscrita a H e c a circunferência inscrita em H .

A razão entre a área de C e a área de c é igual a:

- (A) 4;
- (B) $4/3$;
- (C) 3;
- (D) $5/4$;
- (E) 2.

65

Um gavião encontra-se no ponto A, quando avista um pardal no ponto B. A distância entre A e B é de 120 metros. O gavião voa a 50 m/s em linha reta para alcançar o pardal. O pardal tenta escapar voando a 30 m/s em uma direção ortogonal à reta que contém A e B. Com seu instinto predador, o gavião conhece a direção que deve tomar para alcançar o pardal.

O tempo que o gavião demora para encontrar a sua vítima é igual a:

- (A) 3s;
- (B) 4s;
- (C) 5s;
- (D) 6s;
- (E) 7s.

Realização



ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (APO)

PROVA OBJETIVA P2 – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo sessenta e cinco questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **3 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

1

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) trata dos atributos da conta contábil, que são características próprias que as distinguem de outras contas do plano de contas. Os atributos conceituais incluem código, título, função e natureza do saldo das contas.

Ao analisar o último balancete mensal, o servidor de um ente público encontrou uma inconsistência quanto ao atributo na natureza do saldo em uma conta de:

- (A) caixa e equivalentes de caixa com saldo devedor;
- (B) despesas de depreciação com saldo devedor;
- (C) empréstimos de longo prazo com saldo credor;
- (D) estoques de materiais com saldo credor;
- (E) receitas tributárias arrecadadas com saldo credor.

2

O prefeito de uma capital em seu primeiro ano de mandato (2021) solicitou ao seu secretário de finanças uma explanação sucinta e objetiva acerca das informações fiscais a serem geradas e publicadas pelo Município. O prefeito estava preocupado com os números reportados em uma audiência pública realizada em fevereiro/2021, após a abertura da sessão legislativa.

O secretário esclareceu ao prefeito que os resultados fiscais da sua atuação como gestor seriam reportados somente:

- (A) a partir de maio de 2021;
- (B) no final do exercício de 2021;
- (C) no segundo ano de mandato;
- (D) após a aprovação do plano plurianual;
- (E) após a aprovação de alterações na LDO do exercício.

3

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) consiste em um conjunto de anexos, legalmente exigidos para assegurar transparência ao longo do ciclo de execução orçamentária.

Os anexos do RREO permitem o acompanhamento de informações sobre receitas e despesas em diferentes categorias, inclusive em áreas de atuação governamental de forma detalhada, como:

- (A) administração, planejamento e orçamento;
- (B) assistência e previdência social;
- (C) defesa nacional e segurança pública;
- (D) habitação e urbanismo;
- (E) manutenção e desenvolvimento do ensino.

4

Na estrutura do Balanço Patrimonial atualizada conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) consta que esse Balanço deve ser apresentado em um quadro principal e acompanhado de quadros adicionais.

Um desses quadros trata de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, o qual:

- (A) deve ter o resultado apurado em compatibilidade com o balanço financeiro do respectivo exercício;
- (B) deve ser elaborado de acordo com as categorias previstas na Lei nº 4.320/1964, e não com o PCASP;
- (C) expressa exclusivamente os passivos financeiros com obrigações patrimoniais associadas;
- (D) requer apresentação somente quando o ente apura superávit financeiro no exercício anterior;
- (E) tem os saldos de ativos e passivos apresentados pelos seus valores totais, sendo facultado o detalhamento em notas explicativas.

5

Uma universidade estadual aprovou a abertura de um curso de medicina no contexto de interiorização da educação superior, aprovada entre as metas da atual gestão do governo do Estado. Em decorrência das necessidades e exigências da formação em medicina, a administração da universidade está em tratativas com o governo do Estado com base na análise de duas alternativas propostas por uma comissão formada para este fim: construir um hospital universitário ou assinar um convênio com um hospital público, incluindo repasse de recursos que assegurem o atendimento às necessidades do curso.

A comissão propôs que a tomada de decisão fosse com base na análise de informações de custos, apurando-se a diferença entre os custos totais das alternativas consideradas, em atenção ao conceito de:

- (A) custos reais;
- (B) custo padrão;
- (C) custos controláveis;
- (D) custos diferenciais;
- (E) custos perdidos (*sunk costs*).

6

Diante da necessidade de apurar e registrar a ocorrência de redução ao valor recuperável de um ativo não gerador de caixa, uma das bases para definição do valor recuperável deve ser o valor em uso, cujo montante deve ser determinado a partir de uma das seguintes abordagens:

- (A) custo de recuperação e custo de cumprimento da obrigação;
- (B) custo de reposição depreciado e custo corrente;
- (C) custo de reposição depreciado e custo de liberação;
- (D) unidades de serviço e custo de recuperação;
- (E) unidades de serviço e preço líquido de venda.

7

Para que uma entidade pública possa reconhecer contabilmente um recurso como ativo, deve-se comprovar que o referido recurso é controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. O controle é um elemento importante para o reconhecimento e pode ser observado a partir dos seguintes indicadores:

- I. propriedade legal;
- II. capacidade de realizar transações sem contraprestação;
- III. existência de obrigação legal ou legalmente vinculada;
- IV. acesso ao recurso ou à capacidade de negar ou restringir o acesso.

São indicadores que podem subsidiar a análise quanto à existência de controle de um recurso somente os apontados em:

- (A) I e III;
- (B) I e IV;
- (C) II e III;
- (D) II e IV;
- (E) III e IV.

8

Na elaboração de Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), é necessário ter atenção às características qualitativas da informação, atributos estes que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

As disposições da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação afirmam que:

- (A) a compreensibilidade das informações incluídas no RCPG é alcançada com a apresentação de notas explicativas;
- (B) a omissão de informações tende a afetar mais a representação fidedigna se a informação tiver natureza não financeira;
- (C) as características qualitativas devem priorizar as informações financeiras apresentadas no RCPG;
- (D) o valor confirmatório de uma informação só pode ser analisado se ela tiver caráter financeiro;
- (E) tanto informações financeiras quanto não financeiras devem ser avaliadas à luz da sua relevância.

9

Na apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), conforme estrutura definida no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as Transferências Recebidas e Concedidas:

- (A) compõem as atividades de financiamento e de investimento, respectivamente;
- (B) compõem o fluxo de caixa das atividades operacionais e devem ser detalhadas em quadro complementar;
- (C) devem desconsiderar as transferências intragovernamentais, para evitar dupla contagem;
- (D) devem ser incluídas somente na apuração consolidada da geração líquida de caixa e equivalente de caixa;
- (E) não são incluídas nos fluxos de caixa para evitar duplicidade de informações com os entes transferidores e recebedores.

10

Um ente municipal realizou uma operação de crédito autorizada pelo Poder Legislativo com o objetivo de custear a construção de dois viadutos para melhorar o fluxo de trânsito na cidade. Esse tipo de transação tem custos que precisam ser devidamente controlados e tratados à luz das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Se o Município optar por adotar o tratamento padrão para os custos dos empréstimos, deverá:

- (A) alocá-los no custo de aquisição, construção ou produção dos respectivos ativos qualificáveis;
- (B) reconhecê-los como desembolsos de natureza não operacional;
- (C) reconhecê-los como despesa no período em que são incorridos, independentemente de como os empréstimos são aplicados;
- (D) registrá-los como ajustes de avaliação patrimonial no período em que são incorridos;
- (E) tratá-los como variação patrimonial de natureza qualitativa.

Finanças Públicas

11

No Plano Plurianual 2022-2025 do Município do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei nº 7.234, de 12 de janeiro de 2022, consta o programa estratégico 0643 - Resiliência e Gestão de Risco. Pela lógica do processo orçamentário brasileiro, esse programa terá suas ações desdobradas em orçamentos anuais ao longo do período a que se refere.

A classificação da despesa pública por programas tem a finalidade de responder perguntas do tipo:

- (A) De onde virão os recursos para realizar a despesa?
- (B) Em que áreas de despesa a ação governamental será realizada?
- (C) O que se pretende alcançar com a implementação da política pública?
- (D) Qual o efeito econômico da realização da despesa?
- (E) Quem é o responsável pelo gasto?

12

Para a regular apuração da Receita Corrente Líquida (RCL) conforme conceituação legal, é necessário somar as receitas correntes e efetuar as deduções cabíveis ao respectivo ente federativo.

Ao considerar as receitas de um Município para fins de apuração da RCL, uma receita que, mesmo regularmente lançada e efetivamente arrecadada, NÃO deverá constar no somatório refere-se a:

- (A) compensações financeiras;
- (B) receitas de alienação de bens móveis;
- (C) receitas de serviços;
- (D) receitas de dividendos;
- (E) transferências intergovernamentais.

13

As ações e programas governamentais podem ser associados a cada uma das chamadas funções clássicas do Estado, que são interconectadas e complementares.

É correto afirmar que o Estado está desempenhando sua função alocativa quando:

- (A) adota políticas monetárias contracionistas para controlar a inflação, como aumento das taxas de juros;
- (B) implementa políticas fiscais expansionistas durante períodos de recessão;
- (C) implementa políticas fiscais progressivas, como impostos sobre a renda e herança;
- (D) intervém na regulação de setores estratégicos, como energia e telecomunicações, para garantir o acesso a esses serviços;
- (E) prioriza programas assistenciais, como bolsas de estudo, seguro-desemprego e aposentadoria.

14

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi aprovada há mais de 20 anos com uma série de regramentos para disciplinar as finanças dos entes governamentais, tendo em vista o equilíbrio fiscal. Esses regramentos incluem conceitos, parâmetros, limites, exigências e vedações.

Nesse contexto, ao conceituar despesa obrigatória de caráter continuado, a LRF dispõe que uma das suas características é:

- (A) ser derivada de investimentos executados para expandir ou aperfeiçoar a ação pública;
- (B) ser incluída nos programas estratégicos do plano plurianual em vigor no exercício de referência;
- (C) ser uma despesa corrente derivada de lei, com obrigação de execução por um período superior a dois exercícios;
- (D) ter fonte de custeio autorizada pelo Poder Legislativo, quando se tratar de operação de crédito;
- (E) ter impacto não significativo nas metas de resultado primário definidas na LDO.

15

No segundo ano do seu mandato, conforme compromisso assumido em sua plataforma de campanha, o governador de um Estado da federação obteve aprovação legislativa para a criação de uma empresa pública para promoção do turismo no território do Estado, que conta com grande riqueza natural e cultural.

Os gastos necessários para a criação da referida empresa, incluindo a constituição do seu capital, devem ser classificados no grupo de natureza da despesa:

- (A) investimentos;
- (B) inversões financeiras;
- (C) transferências de capital;
- (D) transferências intragovernamentais;
- (E) transferências setoriais.

16

O Estado desempenha suas funções a partir das competências legalmente definidas e também considerando uma agenda de prioridades construída para um determinado período, fortemente associada ao processo eleitoral. Os bens providos pelo Estado têm diferentes características e a teoria clássica de finanças públicas os classifica como bens públicos, semipúblicos e privados.

Um tipo de bem que tem as características de exclusividade parcial e rivalidade variável dos bens meritórios (ou semipúblicos) refere-se a:

- (A) alimentos;
- (B) educação;
- (C) habitação;
- (D) iluminação pública;
- (E) segurança pública.

17

Um ente público estadual realizou um processo licitatório para contratação de fornecedor de combustíveis para os veículos do gabinete do governador e órgãos vinculados, pelo período de 12 meses. O valor total do contrato foi de R\$ 790.000,00, a serem pagos mensalmente de acordo com o consumo medido e atestado.

Nesse caso, o ente deve efetuar um empenho do tipo:

- (A) estimativo;
- (B) global;
- (C) ordinário;
- (D) por subelemento de despesa;
- (E) por modalidade de licitação.

18

Em decorrência de uma pane no sistema de gestão da execução orçamentária e financeira de um Município, um servidor precisou proceder ao lançamento de uma receita tributária de competência municipal manualmente, uma vez que os lançamentos padronizados estavam indisponíveis.

Para proceder ao registro de lançamento, o servidor deve buscar informações relativas a:

- (A) comprovação e atesto da execução do serviço;
- (B) identificação de impacto no resultado primário;
- (C) origem e ao objeto do que se deve pagar;
- (D) procedência do crédito fiscal;
- (E) verificação do direito adquirido pelo credor.

19

Costuma-se considerar como receitas públicas os ingressos de recursos nos cofres do Estado que representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.

Para que esses recursos possam integrar essas disponibilidades ao erário, é necessário que:

- (A) impliquem variação aumentativa no patrimônio;
- (B) representem entradas compensatórias;
- (C) tenham caráter não transitório;
- (D) tenham sido objeto de lançamento prévio;
- (E) tenham sido previstos na Lei Orçamentária Anual.

20

A condução eficaz da economia pública desempenha um papel fundamental no funcionamento da sociedade, sendo responsabilidade dos governos utilizar instrumentos adequados para garantir o equilíbrio na oferta de bens e serviços, o controle dos gastos, o funcionamento adequado do sistema financeiro e o crescimento sustentável, entre outros aspectos essenciais. As ações que decorrem das políticas fiscal, regulatória e monetária podem ser utilizadas de forma conjunta.

Porém, uma ação específica da política monetária refere-se à definição:

- (A) da taxa Selic, que influencia as taxas de juros praticadas pelos bancos, afetando o custo do crédito para empresas e consumidores;
- (B) das alíquotas e regras de arrecadação de impostos para financiar as despesas públicas;
- (C) das normas para o funcionamento do sistema financeiro, que inclui a supervisão de bancos, seguradoras e outras instituições financeiras;
- (D) de limites orçamentários e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- (E) dos parâmetros para controle do endividamento público.

Planejamento e Orçamento Público

21

Um ente público municipal recebeu recursos decorrentes de uma emenda individual impositiva apresentada ao projeto de lei orçamentária da União.

A modalidade da emenda foi transferência especial, na qual o ente deve observar que os recursos:

- (A) deverão ser aplicados integralmente em despesas de capital pelo ente beneficiado;
- (B) não integrarão a receita do ente beneficiado para o cálculo dos limites de endividamento;
- (C) poderão ser aplicados em despesas correntes, desde que nas áreas de saúde e educação;
- (D) serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União;
- (E) serão repassados ao ente beneficiado mediante celebração de convênio ou de instrumento congênere.

22

Um determinado ente público emitiu uma nota de empenho relativa à locação de um equipamento por trinta dias, iniciando no dia 01/10/2021. O serviço foi prestado no período pactuado, porém, a empresa só emitiu a nota fiscal em 03/02/2022.

Nesse caso, considerando que os demais procedimentos foram realizados à luz da legislação aplicável, no exercício de 2022, após o recebimento e conferência dos documentos, o ente deve:

- (A) proceder ao pagamento de imediato, haja vista referir-se a uma despesa extraorçamentária no presente exercício;
- (B) providenciar o pagamento após a liquidação, nos termos de uma despesa inscrita em restos a pagar não processados;
- (C) reabrir o crédito adicional que foi empenhado para possibilitar o pagamento da despesa;
- (D) reclassificar a despesa de restos a pagar não processados para processados e proceder à liquidação;
- (E) tratar a transação como despesas de exercícios anteriores e indicar a dotação específica consignada no orçamento.

23

As funções clássicas do Estado – alocativa, distributiva e estabilizadora – são cumpridas a partir de um conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e executa despesas. Essas medidas refletem a política fiscal do governo, que deve ser adequada e permanentemente avaliada.

O controle e acompanhamento das dívidas líquida e bruta constituem parâmetros de resultado da política fiscal e se relacionam a:

- (A) análises fiscais de estoque;
- (B) análises fiscais de fluxo;
- (C) impactos no pacto federativo;
- (D) mensuração da qualidade do gasto público;
- (E) mensuração de margem de liquidez.

24

A apuração da Receita Corrente Líquida (RCL) é detalhada em demonstrativo anexo que compõe o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), de publicação bimestral pelos entes federativos.

No caso da apuração da RCL em âmbito municipal, uma alteração recente em relação ao previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal é a:

- (A) exclusão dos recursos recebidos a partir de emendas parlamentares impositivas no cálculo da RCL para fins de acompanhamento das metas fiscais;
- (B) apuração da RCL ajustada para fins de cálculo dos limites fiscais de despesa com pessoal e de endividamento;
- (C) necessidade de demonstrar a previsão do desempenho da RCL até o final do exercício de referência;
- (D) necessidade de detalhar as receitas correntes derivadas de rendimentos de aplicações de recursos previdenciários;
- (E) obrigatoriedade de segregar recursos transferidos de emendas parlamentares para aplicação em saúde e em outras áreas.

25

Considere os seguintes itens obtidos do sistema de execução orçamentária de um ente público municipal, relativos aos últimos 12 meses e com valores expressos em milhares de reais:

Descrição	Valor
Despesas decorrentes de decisão judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 50,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	R\$ 75,00
Despesas com Vale-Transporte	R\$ 230,00
Despesas com Plano de Saúde	R\$ 570,00
Despesas com Auxílio-Moradia	R\$ 790,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	R\$ 1.670,00
Vencimentos e vantagens - Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 1.670,00
Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 5.780,00
Vencimentos e vantagens - Pessoal Ativo	R\$ 77.900,00

Na verificação do atendimento dos limites de despesa total com pessoal definidos pela LRF, NÃO deve ser computado o montante, em milhares de reais, de:

- (A) 1.590,00;
- (B) 7.420,00;
- (C) 7.575,00;
- (D) 9.165,00;
- (E) 10.835,00.

26

Um analista orçamentário precisou fazer o registro de uma receita arrecadada que não havia sido prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente de uma operação de crédito autorizada durante o exercício.

O registro do referido recurso deve:

- (A) adotar a codificação de receitas intraorçamentárias;
- (B) considerar o enquadramento como variação patrimonial aumentativa;
- (C) observar as categorias classificatórias para receitas orçamentárias;
- (D) pela natureza do recurso, ser tratado apenas nas contas de controle;
- (E) seguir os procedimentos relativos a ingressos extraorçamentários.

27

Um ente municipal foi notificado de que o Município foi contemplado com uma emenda parlamentar inserida no orçamento da União, obtida por um deputado federal com base eleitoral na região. Os recursos relativos à emenda serão alocados ao Município por meio de uma transferência especial.

Para executar os referidos recursos, o ente municipal, resguardadas disposições e vedações legais específicas, deve:

- (A) alocar pelo menos 70% dos recursos em despesas de capital;
- (B) aplicar pelo menos 50% dos recursos nas áreas de saúde e educação;
- (C) apresentar plano de aplicação e prestação de contas ao Tribunal de Contas da União;
- (D) celebrar um convênio ou instrumento congênere com a União;
- (E) vinculá-los à programação estabelecida na emenda parlamentar.

28

Um servidor recém-empossado na secretaria de planejamento de um Município foi designado para um grupo de trabalho (GT) criado com a atribuição principal de melhorar a acurácia da previsão das receitas a serem consideradas na proposta de lei orçamentária anual.

O servidor preparou uma apresentação com as diretrizes a serem seguidas pelo GT, à luz da legislação aplicável para esta etapa da execução da receita, onde destacou que o modelo de projeção de receitas orçamentárias:

- (A) depende de informações fornecidas pelos órgãos orçamentários envolvidos no processo;
- (B) depende de validação prévia das instâncias de controle interno ou externo;
- (C) deve ser consistente para todas as origens de receitas arrecadadas pelo ente;
- (D) deve ser definido na lei de diretrizes orçamentárias do exercício financeiro de referência;
- (E) é baseado nas diretrizes para elaboração do orçamento funcional-programático.

29

Em geral são considerados como despesa pública todos os dispêndios realizados por um ente governamental no provimento de bens e serviços públicos, diretos ou indiretos. Porém, nem todos esses dispêndios têm impacto efetivo no patrimônio do ente.

Para que uma despesa seja considerada efetiva, é necessário que:

- (A) seja autorizada na lei orçamentária anual;
- (B) sua liquidação se dê no curso do exercício financeiro;
- (C) sua realização reduza a situação líquida patrimonial do ente;
- (D) tenha impacto efetivo na apuração do resultado primário;
- (E) tenha sido regular e previamente empenhada.

30

O Plano Plurianual (PPA) previsto no Art. 165 da Constituição da República de 1988 está inserido em um contexto de evolução dos modelos de planejamento e orçamento público, tendo em vista as reconfigurações no papel do Estado.

Em relação ao Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI) e ao PPA, que o sucedeu, é correto afirmar que, na legislação que os instituiu, ambos:

- (A) abrangeriam o orçamento das empresas estatais;
- (B) constituiriam referência para a elaboração das leis de diretrizes orçamentárias;
- (C) deveriam ser aprovados após análise do Poder Legislativo;
- (D) poderiam ser alterados por emendas parlamentares;
- (E) teriam disposições cujos efeitos coincidem com os mandados dos chefes do Poder Executivo.

31

Ao final do primeiro semestre de um dado exercício, foi apurado que a arrecadação de receitas do Município superou em R\$ 230.000,00 o valor previsto até aquele período. Adicionalmente, após o fechamento dos balanços do exercício anterior, foi apurado um superávit financeiro de R\$ 13.000,00.

Se o ente necessitar abrir um crédito adicional utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação, ele deverá:

- (A) adicionar o superávit financeiro e deduzir o valor de créditos extraordinários abertos no exercício;
- (B) adicionar o valor de créditos extraordinários abertos no exercício, se houver;
- (C) considerar a tendência do exercício em relação ao desempenho da arrecadação;
- (D) deduzir o valor de saldos dos créditos adicionais transferidos, se houver;
- (E) deduzir os valores dos créditos adicionais abertos e do superávit financeiro.

32

Ao final do terceiro bimestre de um determinado exercício financeiro, foi verificado um significativo decréscimo na realização da receita em relação à estimativa constante na LOA de ente municipal e detalhada em sua programação financeira. Esse decréscimo compromete o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal definidas na LDO. O chefe do Poder Executivo publicou ato estabelecendo limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados na LDO, mas o chefe do Poder Legislativo não o fez no prazo legal.

Nesse caso:

- (A) as dotações orçamentárias totais do ente deverão ser revisadas até o final do bimestre seguinte;
- (B) o chefe do Poder Legislativo será notificado pelo respectivo Tribunal de Contas;
- (C) o plenário da casa legislativa deverá promover a limitação de empenho em até trinta dias;
- (D) o Poder Executivo é autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela LDO;
- (E) o Poder Executivo pode suspender os repasses financeiros destinados ao Poder Legislativo.

33

O processo de licitação e contratação está incluído na etapa do planejamento da despesa orçamentária dos entes públicos, o qual conta com regramentos específicos, que visam assegurar:

- (A) a economia de recursos para os exercícios seguintes;
- (B) as melhores condições para o ente público;
- (C) o cumprimento dos limites fiscais de superávit financeiro;
- (D) o exercício regular do poder discricionário do gestor;
- (E) os elementos para o exercício do controle interno e externo.

34

A elaboração dos instrumentos de planejamento deve seguir regras legalmente previstas para assegurar a uniformidade do processo.

No âmbito dos entes públicos municipais, a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA):

- (A) deve atender as diretrizes orçamentárias definidas no PPA federal para reduzir desigualdades regionais;
- (B) dispensa apresentação do demonstrativo regionalizado do efeito de renúncias de receitas autorizadas por lei;
- (C) exige a inclusão de autorização para a contratação de operações de crédito quando o limite for ultrapassado;
- (D) faculta a apresentação do orçamento de investimento das empresas estatais;
- (E) pode seguir prazos diferentes do previsto nas disposições constitucionais, conforme legislação municipal.

35

O ciclo orçamentário tem etapas e prazos que devem ser respeitados para a regularidade do processo de execução orçamentária no exercício financeiro.

No caso da lei orçamentária relativa ao primeiro ano de mandato no âmbito municipal, à luz da legislação, é exigido que:

- (A) inclua dispositivos que regulem a execução dos restos a pagar até o final do mandato;
- (B) não contenha projetos cuja execução ultrapasse o exercício financeiro;
- (C) reflita as prioridades e necessidades locais, mediante apreciação do Poder Legislativo;
- (D) seja aprovada somente no início do exercício de referência;
- (E) seja revisada para refletir as prioridades e os compromissos do gestor eleito.

36

No processo de elaboração da proposta orçamentária de cada exercício, é imprescindível a definição dos programas, que consistem em instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos.

Nos termos da Portaria Ministerial nº 42, 14/04/1999, os programas devem:

- (A) considerar o maior nível de agregação das áreas de despesa que competem ao setor público;
- (B) obedecer a estrutura programática comum e consistente, que assegure uniformidade das ações ao longo do tempo;
- (C) ser classificados como operações especiais se forem financiados por receitas de capital;
- (D) ser estruturados a partir das categorias definidas na LDO do período de referência;
- (E) ter seus objetivos mensurados por indicadores estabelecidos no PPA.

37

Durante a preparação da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) em um ente municipal, a equipe havia concluído a estimativa das receitas orçamentárias. Antes da publicação da LOA, porém, a equipe da secretaria foi notificada que uma das espécies de receita sofreria atualização monetária legalmente autorizada.

No controle da execução orçamentária apresentado no Balanço Orçamentário, o valor relativo a essa atualização deve ser tratado como:

- (A) dotação atualizada;
- (B) previsão atualizada;
- (C) previsão inicial;
- (D) receita a realizar;
- (E) receita extraorçamentária.

38

Com as recentes alterações no arcabouço normativo relativo ao processo orçamentário no Brasil, pode-se considerar que, quanto à execução do conteúdo, temos um orçamento público do tipo híbrido.

Esse enquadramento se dá em decorrência do(a):

- (A) competência compartilhada entre os poderes executivo e legislativo nas etapas do ciclo orçamentário;
- (B) necessidade de execução impositiva de emendas parlamentares em paralelo a outras parcelas autorizativas;
- (C) obrigatoriedade de aplicação coordenada de regras orçamentárias e fiscais no controle da execução;
- (D) possibilidade de previsão de despesas que ultrapassem o exercício financeiro, a despeito do princípio da anualidade;
- (E) caráter estimativo das receitas e autorizativo das despesas na aprovação do orçamento.

39

Em 01/11/2022, um ente municipal concluiu um processo licitatório para contratação de serviços de copeiragem no hospital geral do Município. A data pactuada para o início do serviço foi 01/12/2022. O ente municipal realizou um empenho estimativo em valor relativo a um mês do serviço contratado e inscreveu o referido valor em restos a pagar, uma vez que não seria possível processar a liquidação e o pagamento até o final do exercício. Em 02/01/2023, a direção do hospital informou que a empresa não conseguira iniciar a prestação de serviço, e havia solicitado o cancelamento do contrato.

Assim, o valor inscrito em restos a pagar deve:

- (A) ser cancelado apenas no sistema de informação de natureza orçamentária;
- (B) ser cancelado, e a obrigação, tratada como despesa de exercícios anteriores;
- (C) ser cancelado nos sistemas de informação de natureza orçamentária e de controle;
- (D) ser mantido como variação patrimonial diminutiva;
- (E) ter seu saldo mantido e revertido para nova empresa a ser contratada.

40

Considere o trecho a seguir, adaptado do instrumento de planejamento de um ente municipal:

“Art. 2º, §1º A Lei Orçamentária de 2023 destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas neste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I. provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Município;
- II. compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III. despesas indispensáveis ao custeio dos serviços públicos e de manutenção da administração municipal; e
- IV. conservação e manutenção do patrimônio público.”

O instrumento de planejamento governamental que contém o trecho em destaque:

- (A) deve ter sido aprovado durante o exercício a que se refere;
- (B) estabelece disposições para o planejamento estratégico do ente;
- (C) pode dispor sobre alterações na legislação tributária no âmbito do referido ente;
- (D) refere-se ao plano de governo do chefe do Poder Executivo para o mandato em referência;
- (E) tem disposições cujos efeitos se estendem até o início do mandato seguinte.

41

Um servidor empossado em 02/01/2022 no cargo de analista de orçamento e finanças em um ente público municipal foi designado para a divisão responsável pela elaboração e divulgação dos relatórios e anexos fiscais. Ao servidor foi solicitado fazer uma revisão do Anexo de Metas Fiscais, que acompanharia a LDO relativa ao exercício de 2023, quanto ao demonstrativo que trata da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais.

Após avaliar o referido demonstrativo, o servidor identificou o seguinte equívoco:

- (A) apresentação de resultados nominal e primário acima da meta do exercício anterior;
- (B) apresentação de valores nominais das metas de receitas e despesas do exercício anterior;
- (C) ausência de avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2021;
- (D) avaliação do impacto da inflação quanto ao não atingimento da meta de resultado primário;
- (E) metas de receita apresentadas em valores e em percentual do PIB e da RCL, desnecessariamente.

42

As disposições legais relativas ao orçamento anual dos entes públicos estabelecem que, para fins de execução orçamentária, o exercício financeiro deve coincidir com o calendário civil. Mais recentemente a LRF reforçou a necessidade de compatibilidade da Lei Orçamentária Anual (LOA) com o PPA, atendendo ao princípio do planejamento.

Nesse contexto, a LOA de um dado exercício:

- (A) deve especificar reserva de contingência, desde que alinhada aos programas previstos no PPA;
- (B) deve priorizar as despesas correntes obrigatórias de caráter continuado, conforme critérios previstos na LDO;
- (C) não pode conter despesas incrementalistas em relação ao exercício anterior;
- (D) pode autorizar a abertura de créditos adicionais especiais relativos a programas previstos no PPA;
- (E) pode conter previsões de despesas para exercícios seguintes, especificando investimentos plurianuais e em andamento.

43

O controle do endividamento é um desafio inveterado no âmbito da administração pública e a LRF trouxe contribuições para atenuar as suas consequências tendo em vista o equilíbrio fiscal. Ao tratar da definição de operação de crédito, por exemplo, a LRF o fez de forma exemplificativa, de tal modo que é necessário que normas infralegais esclareçam quanto à equiparação.

Assim, guardados os limites e demais exigências legais, equipara-se a operações de crédito e é permitido(a):

- (A) a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo ente da Federação;
- (B) a assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens e serviços;
- (C) a captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;
- (D) o parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras, desde que não provoque elevação da dívida;
- (E) o reconhecimento ou confissão de dívidas pelo ente da Federação.

44

Em um dado exercício financeiro a Lei Orçamentária Anual de um ente público fixou despesas no montante total de R\$ 79 milhões. Ao longo da execução orçamentária foram abertos os seguintes créditos adicionais:

Tipo	Valor	Data da abertura	Fonte de recursos
Suplementar	R\$ 400 mil	01/06	Superávit financeiro
Suplementar	R\$ 200 mil	05/09	Anulação de dotação
Especial	R\$ 500 mil	01/04	Operação de crédito
Especial	R\$ 900 mil	01/09	Anulação de dotação
Especial	R\$ 1,3 milhão	01/10	Excesso de arrecadação

Considerando exclusivamente esses fatos e a legislação aplicável, o valor da despesa inicialmente fixada será acrescido em:

- (A) R\$ 900 mil;
- (B) R\$ 1,2 milhão;
- (C) R\$ 1,7 milhão;
- (D) R\$ 2,2 milhões;
- (E) R\$ 3,3 milhões.

45

Um ente municipal recebeu recursos por meio de descentralização de créditos do orçamento da União para realização de ações na área de educação básica.

Para a execução de tais recursos:

- (A) devem-se adotar procedimentos específicos, pois não se confundem com transferências voluntárias;
- (B) deve-se verificar a fonte de recursos: próprios ou decorrentes de operações de crédito;
- (C) é dispensável a inclusão na programação financeira, por se tratar de operação intergovernamental;
- (D) haverá a sua inclusão na receita e na despesa do ente receptor;
- (E) o ente transferidor deverá tratá-los como operações especiais, na classificação funcional-programática.

Matemática Financeira

46

João investiu R\$ 10.000,00 em um produto financeiro que apresentou rentabilidade nominal líquida de 8,00% no período de 12 meses, durante os quais esses recursos ficaram aplicados.

Considerando que a inflação para esse mesmo período foi de 10,00%, a rentabilidade real líquida obtida por ele nesse período foi de:

- (A) -2,00%;
- (B) -1,82%;
- (C) 0,00%;
- (D) 1,85%;
- (E) 2,00%.

47

Roberto recebeu seu primeiro salário como profissional e resolveu aplicar, uma única vez, R\$ 2.000,00 para formar uma reserva financeira que será capitalizada a uma taxa nominal efetiva líquida de 1,5% a.m. por 1 ano.

Considerando que $1,015^{12} = 1,20$, Roberto resgatará ao final do período um total de:

- (A) R\$ 2.120,00;
- (B) R\$ 2.400,00;
- (C) R\$ 3.000,00;
- (D) R\$ 3.600,00;
- (E) R\$ 4.400,00.

48

Maria pretende se aposentar hoje com a ajuda de uma renda mensal que será gerada a partir de um fundo que foi constituído ao longo de muitos anos. Ela conseguiu acumular R\$ 1.000.000,00 e estima que poderá contar com uma taxa nominal efetiva líquida de 2% ao mês e uma taxa real efetiva líquida de 1% ao mês.

Sendo assim, para que não corra nenhum risco de perder o poder de consumo proporcionado pela renda desse fundo, ela poderá sacar mensalmente no máximo:

- (A) R\$ 1.000,00;
- (B) R\$ 2.000,00;
- (C) R\$ 10.000,00;
- (D) R\$ 15.000,00;
- (E) R\$ 20.000,00.

49

Uma organização aplicou R\$ 100.000,00 por 15 dias em um produto financeiro que oferece uma rentabilidade nominal efetiva líquida de 1,0% ao mês no regime de capitalização simples.

Ao final do prazo, a organização auferiu, no período, juros e rentabilidade nominal efetiva líquida, respectivamente, de:

- (A) R\$ 500,00; 0,5%;
- (B) R\$ 1.000,00; 1,0%;
- (C) R\$ 10.000,00; 0,5%;
- (D) R\$ 15.000,00; 1,0%;
- (E) R\$ 30.000,00; 1,0%.

50

A empresa X captou um empréstimo junto a uma instituição financeira pelo Sistema Francês (Price) de amortização. A operação foi fechada a uma taxa de juros nominal efetiva de 2% ao mês, sem nenhum indexador e sem nenhum outro custo além da taxa informada.

Sabendo que a empresa X pagará prestações mensais de R\$ 9.455,96, e que o banco emprestou R\$ 100.000,00, é correto afirmar que a empresa reduzirá sua dívida, imediatamente após o pagamento da primeira parcela, em:

- (A) R\$ 189,88;
- (B) R\$ 1.810,88;
- (C) R\$ 2.000,00;
- (D) R\$ 7.455,96;
- (E) R\$ 9.455,96.

51

Uma organização possui valores a receber decorrentes de vendas a prazo. Ela tem R\$ 100.000,00 a receber daqui a 30 dias, mas está sem caixa no momento e precisa de recursos financeiros imediatamente. Dessa maneira, solicita junto a um banco uma operação de desconto comercial simples, a partir da qual ela recebe R\$ 90.000,00 hoje. Desconsidere qualquer outro imposto ou custo nessa operação.

Dessa maneira, a taxa de juros nominal efetiva cobrada pelo banco é:

- (A) impossível de se calcular;
- (B) de 10,00% ao mês;
- (C) de 11,11% ao mês;
- (D) de 22,22% ao mês;
- (E) menor que a taxa de desconto comercial.

52

Joana precisa acumular recursos em um determinado fundo financeiro. Considerando que, após o período de acumulação, ela terá à disposição uma taxa de juros nominal efetiva bruta de 1,5% ao mês, e que deseja usufruir de uma renda nominal bruta mensal inicial de R\$ 12.000,00 que cresça nominalmente a uma taxa mensal constante de 0,5%, ela precisará acumular a seguinte quantia:

- (A) R\$ 200.000,00;
- (B) R\$ 600.000,00;
- (C) R\$ 800.000,00;
- (D) R\$ 1.200.000,00;
- (E) R\$ 2.000.000,00.

53

A empresa W captou um empréstimo de R\$ 100.000,00 junto a uma instituição financeira pelo Sistema de Amortização Constante (SAC). A operação foi fechada a uma taxa de juros nominal efetiva de 2% ao mês, sem nenhum indexador e sem nenhum outro custo além da taxa informada, para um total de 100 prestações mensais.

Sendo assim, a empresa W pagará em sua 12ª prestação o valor total de:

- (A) R\$ 2.000,00;
- (B) R\$ 2.460,00;
- (C) R\$ 2.780,00;
- (D) R\$ 3.000,00;
- (E) R\$ 3.800,00.

54

Uma empresa deparou-se com duas opções de produtos financeiros para aplicar seus recursos excedentes: o produto X oferece uma rentabilidade nominal efetiva líquida de 2% a.m. no regime de capitalização simples; e o produto Y oferece a mesma rentabilidade, mas no regime de capitalização composta.

Como a empresa pretende aplicar tais recursos pelo período de 10 dias e busca maximizar seus ganhos financeiros, ela certamente escolherá o produto:

- (A) X, pois apesar de render menos, é mais seguro;
- (B) X, pois rende mais;
- (C) X ou Y, pois ambos apresentam a mesma rentabilidade;
- (D) Y, pois rende mais;
- (E) Y, pois apesar de render menos, é mais seguro.

55

Um banco ligou para uma empresa oferecendo um produto financeiro que rende à taxa nominal efetiva bruta de 1,00% ao mês no regime de capitalização composta. O responsável da empresa por essa operação solicitou a mesma informação numa base semestral e anual, conforme orientação do seu chefe imediato.

Sendo assim, o banco informou corretamente as taxas de:

- (A) 5,95% ao semestre e 11,82% ao ano;
- (B) 6,00% ao semestre e 12,00% ao ano;
- (C) 6,00% ao semestre e 12,68% ao ano;
- (D) 6,15% ao semestre e 12,00% ao ano;
- (E) 6,15% ao semestre e 12,68% ao ano.

Direito Financeiro

56

Num determinado ano, o Tribunal de Contas do Município Alfa (TCM-Alfa) teve que analisar as seguintes situações que lhe foram remetidas: 1) prestação de contas anual do prefeito do Município Alfa; 2) contrato administrativo com uso de recursos próprios municipais contendo graves irregularidades em sua execução; 3) apreciação da legalidade de ato de melhoria posterior de aposentadoria de servidores públicos municipais; 4) ato administrativo ilegal praticado no âmbito de uma Secretaria Municipal.

Acerca desse cenário e à luz da aplicação por simetria da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- (A) o TCM-Alfa deverá realizar o julgamento das contas anualmente prestadas pelo prefeito do Município Alfa, imputando-lhe multa em caso de as contas serem julgadas irregulares pelo Tribunal;
- (B) caso a Câmara Municipal de Alfa, comunicada pelo TCM-Alfa das irregularidades no contrato, se abster de qualquer atuação a esse respeito no prazo de trinta dias, fica o Tribunal autorizado a decidir acerca de tal contrato;
- (C) dispensa-se a apreciação da legalidade pelo TCM-Alfa de ato de melhoria posterior de aposentadoria de servidores públicos municipais quando não alterado o fundamento legal do ato concessório da aposentadoria;
- (D) o TCM-Alfa deverá assinar prazo para que a Secretaria Municipal corrija a ilegalidade do ato e, caso não atendido, deverá representar à Câmara Municipal de Alfa para que esta suste o ato ilegal;
- (E) o parecer prévio do TCM-Alfa julgando as contas do prefeito do Município Alfa só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta da Câmara Municipal de Alfa.

57

Integra obrigatoriamente o projeto de lei de diretrizes orçamentárias de cada ano o Anexo de Metas Fiscais, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Dentre as opções abaixo, configuram dados de presença obrigatória em tal Anexo, EXCETO:

- (A) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- (B) avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- (C) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- (D) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- (E) demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

58

A observância dos limites com despesa de pessoal configura um relevante fator para o cumprimento de uma gestão fiscal responsável por parte dos entes federados.

Assim, o limite individual que o Poder Executivo municipal pode gastar com pessoal, em cada período de apuração, NÃO poderá exceder o seguinte percentual da receita corrente líquida:

- (A) 40,9%;
- (B) 49%;
- (C) 50%;
- (D) 54%;
- (E) 60%.

59

A lei complementar tem papel de destaque no Direito Financeiro, uma vez que diversas matérias desse ramo do Direito devem ser exclusivamente por ela regulamentadas.

Dentre as opções abaixo, à luz da Constituição da República de 1988, exige lei complementar para sua edição a lei que:

- (A) institui o plano plurianual;
- (B) institui as diretrizes orçamentárias;
- (C) institui o orçamento anual;
- (D) abre créditos adicionais suplementares;
- (E) estabelece condições para a instituição e o funcionamento de fundos.

60

Acerca das vedações previstas na Constituição da República de 1988 em matéria orçamentária e suas exceções, analise as afirmativas a seguir.

- I. É permitida a vinculação das receitas recebidas por meio do Fundo de Participação dos Municípios para prestar contragarantia à União.
- II. Não se admite qualquer transferência de recursos de uma categoria de programação para outra por meio de Decreto.
- III. É vedada a vinculação de receita de impostos para a realização de atividades da administração tributária.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

61

Um deputado estadual apresentou, junto à Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa e dentro do prazo adequado, emenda ao projeto de lei orçamentária anual (Ploa) do Estado Alfa que acarretava aumento de despesa. O deputado estava ciente de que tal emenda somente poderia ser aprovada caso indicasse os recursos necessários a custear esses novos gastos, os quais deveriam ser provenientes de anulação de outras dotações.

A dotação que pode ser objeto de anulação para fins de custeio do aumento previsto nessa emenda parlamentar é a anulação de despesa que recaia sobre dotação referente a:

- (A) transferências de parcela do ICMS do Estado para os Municípios;
- (B) pagamento do serviço da dívida pública estadual;
- (C) pagamento dos servidores públicos estaduais inativos;
- (D) pagamento dos pensionistas de servidores públicos estaduais falecidos;
- (E) obras de infraestrutura.

62

Projeto de lei de iniciativa do prefeito do Município Alfa pretende diminuir a alíquota de ISS de 5% para 4,5% quanto a uma série de serviços sobre os quais incide esse tributo municipal, com o fim de fomentar economicamente diversos segmentos de serviços prestados no território de Alfa.

Acerca desse cenário, tal projeto de lei:

- (A) dispensa a necessidade de estimativa do impacto orçamentário-financeiro em razão de sua finalidade extrafiscal de fomento;
- (B) em qualquer hipótese, deve estar acompanhado de demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária;
- (C) não veicula renúncia de receita, uma vez que o benefício nele previsto não compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido ou concessão de isenção em caráter não geral;
- (D) poderia optar por uma medida de compensação consistente na majoração da alíquota de outro tributo, no exercício em que deva iniciar a vigência da redução de alíquota do ISS e nos dois seguintes;
- (E) deve obrigatoriamente estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro referente apenas ao exercício em que deva iniciar a vigência da redução de alíquota do ISS e ao exercício seguinte.

63

Na elaboração, em 2022, do projeto de lei orçamentária anual (LOA) do Município Alfa para o ano de 2023, foi inserida dotação destinada à aquisição de terreno onde seria executada, em cronograma de obra de dez meses de duração, no próprio ano de 2023, a construção de uma pequena creche municipal.

Segundo a Lei nº 4.320/1964, tal dotação para aquisição desse imóvel é classificada como:

- (A) inversão financeira;
- (B) transferência de capital;
- (C) despesa de custeio;
- (D) transferência corrente;
- (E) investimento.

64

Já em curso o exercício financeiro de 2023, percebeu-se que a dotação prevista na lei orçamentária anual (LOA) de 2023 do Município Alfa para a construção de uma creche não seria suficiente para a conclusão da obra. Assim, o prefeito determinou à repartição responsável que elaborasse minuta de Decreto abrindo créditos adicionais para reforçar essa dotação orçamentária, fundamentando sua determinação no fato de que, para abertura desse tipo de crédito adicional, havia autorização prévia na LOA 2023.

Diante desse cenário e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional que se pretende abrir configura:

- (A) crédito extraordinário, mas necessitaria de lei específica autorizando sua abertura, uma vez que a autorização prévia na LOA viola o princípio da exclusividade orçamentária;
- (B) crédito suplementar, mas necessitaria de lei específica autorizando sua abertura, uma vez que a autorização prévia na LOA viola o princípio da exclusividade orçamentária;
- (C) crédito suplementar, podendo ser aberto por decreto, uma vez que a autorização prévia na LOA não viola o princípio da exclusividade orçamentária;
- (D) crédito especial, mas necessitaria de lei específica autorizando sua abertura, uma vez que a autorização prévia na LOA viola o princípio da exclusividade orçamentária;
- (E) crédito especial, podendo ser aberto por decreto, uma vez que a autorização prévia na LOA não viola o princípio da exclusividade orçamentária.

65

O Banco Central do Brasil (Bacen) tem por objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços e zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

Acerca de seu papel em matéria de Direito Financeiro, à luz da Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- (A) é permitido ao Bacen conceder, direta ou indiretamente, empréstimos a autarquias federais para desenvolvimento de programas de saúde, educação e assistência social;
- (B) o Bacen poderá comprar títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a taxa de juros;
- (C) as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Bacen ou em instituições financeiras oficiais federais;
- (D) as disponibilidades de caixa dos Estados e do Distrito Federal serão obrigatoriamente depositadas no Bacen;
- (E) a competência da União para emitir moeda será exercida conjuntamente pelo Bacen e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

RASCUNHO

Realização

